

LÓGICA, MATEMÁTICA E PRINCÍPIOS SISTÊMICOS DA MODELAGEM DE POLÍTICAS DE ORDEM MUNDIAL (WOMP) NAS POLÍTICAS GLOBAIS DE DIREITO DO TRABALHO

LOGICA, MATEMATICA E PRINCIPII SISTEMICI DEL WORLD ORDER POLICY MODELLING (WOMP) NELLE POLITICHE GLOBALI DEL DIRITTO LAVORO

Andrea Pitasi*

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio condensa mais de 30 anos de atividades interdisciplinares de três missões em pelo menos três continentes, que deram origem a publicações em pelo menos cinco idiomas, geraram o estabelecimento e/ou a consultoria estratégica para a transformação de várias organizações em escala planetária, incluindo a metamorfose de uma corporação norte-americana com uso intensivo de conhecimento em uma *holding* maltesa ainda mais intangível e com uso intensivo de conhecimento, e inspiraram o estabelecimento de duas organizações sem fins lucrativos, uma com sede na Itália e outra no Uruguai, ambas agora transnacionais e globais em suas estratégias de rede. A melhor teoria também é uma visão estratégica; a melhor pesquisa empírica é aplicável à modelagem de políticas. A estrutura epistemológica e teórica geral é a dos sistemas sociais evolutivos complexos na forma de uma constelação de significados imateriais. Daí um ensaio que combina didática e consultoria estratégica, conectado pela indispensável atividade de pesquisa também inspirada pela concepção pragmatista de W. James de que todo conhecimento realmente válido se torna um valor monetário e pela prestigiosa lição durkhemiana que, de fato, abre “The Rules”, de que as coisas que são fatos sociais não podem ser compreendidas pelos significados e pela semântica com os quais o mundo vulgar as representa com suas atitudes, percepções, opiniões e comportamentos em uma base fortemente emocional e reativa.

Sem conceitos adequados que sirvam como posições em sistemas teóricos e, ao mesmo tempo, como recipientes de dados que permitam todo o processo, desde a conceituação até a medição, por meio dos delicados modos de classificação, sem os quais não há conhecimento algum, mas apenas sentimento e significado subjetivo.

* Presidente da World Complexity Science Academy Professor da Universidade “G.d’Annunzio” – Chieti – Pescara, Itália. <https://andreapitasi.academia.edu/www.wcsaglobal.org>

Tradução do artigo: Marco Antônio César Villatore. Pós-Doutor em Direito Econômico pela Universidade de Roma II, “Tor Vergata”, Doutor pela Universidade de Roma I, “La Sapienza”. Professor Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, do Curso de Graduação e, também, de Pós-Graduação (Mestrado e do Doutorado), ambas em Direito. Advogado. E-mail: marcovillatore@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658857270253086>

Recebido: 31/07/2023

Aprovado: 15/08/2023

Daí um conjunto de princípios viáveis de Modelagem da Política de Ordem Mundial (WOMP) que oferecem uma espécie de “manual arquitetônico” da ordem mundial.

Há duas concepções básicas do direito: uma não científica com uma matriz antropológica, na qual o direito é visto como o produto de costumes, hábitos, valores ético-morais, ideias políticas de uma comunidade fechada em uma base de identidade que muitas vezes pode derivar de dois floreios venenosos do século XIX, a saber, nação e classe (Chevallier, 1968). Essa concepção é disfuncional para o direito e para seu uso estratégico, tático e científico, pois muitas vezes se baseia em um “paradigma” de justiça, enchendo o direito com aspectos éticos, morais, políticos e de senso comum que não pertencem ao direito, que, em vez disso, é fundado no princípio da validade, tanto epistemológica quanto heurísticamente. Esse direito de base antropológica cria várias disfunções, incluindo grande fragmentação, grandes contradições entre normas, até mesmo no mesmo nível hierárquico de fontes, e, acima de tudo, uma expansão desnecessária e dispendiosa da burocracia, uma proliferação de leis, normas, regulamentos etc., muitas vezes inúteis para o desenvolvimento socioeconômico e simplesmente gerados por um mecanismo que busca, em vão, justificar seu próprio significado e tarefa. Mais burocracia e mais burocratas significam a destruição de qualquer chance de desenvolvimento socioeconômico.

A outra concepção, a que é o tema deste ensaio, é matemática. O direito como uma linguagem altamente abstrata, formalizada, artificial e positiva, muito acima de qualquer “antropologia jurídica local”, como Kelsen já havia intuído em seus “Lineamenti”. Em seu contexto histórico, o direito começou a ser abstrato e positivo a partir do nível internacional. Os estados-nação, portanto, só seriam capazes de produzir uma antropologia jurídica local de má qualidade, que, ao inserir elementos não jurídicos no direito (identidade nacional, ética, valores morais, ideias políticas e senso comum etc.), apenas tornaria o direito impotente, reduzindo-o aos caprichos da política local. O direito científico e estrategicamente projetado, por outro lado, nada mais é do que uma linguagem abstrata formalizada entre as ciências políticas e sociais, equivalente ao que a matemática é entre as ciências naturais: uma linguagem formalizada, abstrata, artificial, positiva e unificadora. Desse ponto de vista, a cientificidade do direito depende da universalidade de sua relação validade-eficácia; o conteúdo (trabalho, família, comércio etc.) não afeta a linguagem formalizada, assim como em $a+b=c$ não precisamos conhecer o conteúdo de a , b , c . Nesse sentido, seja a didática universitária, o treinamento profissional superior ou a consultoria estratégica, o processo que conecta todos eles é a pesquisa.

Este ensaio liga a didática, o treinamento e a consultoria por meio da pesquisa teórico-prática, da qual emergem os princípios sistêmicos de uma autêntica “arquitetura da ordem mundial”, na qual a OIT é uma peça muito importante na frente de trabalho. Mesmo sob a perspectiva dos BRICS emergentes, seria difícil imaginar que as políticas e os direitos trabalhistas no Brasil, na China, na Índia etc. estejam destinados a convergir para um modelo unificado abstrato, sob pena de implosão dos próprios BRICS, que se canibalizariam por meio de uma concorrência interna que beneficiaria principalmente o NAFTA e a União Europeia. “Ah, mas como é possível fazer os BRICS crescerem? A China e o Brasil têm culturas muito diferentes.” Qualquer pessoa que queira boicotar processos de unificação, cooperação e harmonia invocará diferenças culturais, que são irrelevantes para uma linguagem jurídica verdadeiramente funcional.

Portanto, vejamos os princípios dessa “arquitetura”.

Este ensaio, conforme mencionado acima, condensa uma atividade interdisciplinar de três missões que resultou em publicações em pelo menos cinco idiomas e gerou o estabelecimento e/ou a consultoria estratégica para a transformação de algumas organizações em escala planetária, como, por exemplo, a metamorfose de uma corporação norte-americana com uso intensivo de conhecimento

em uma holding maltesa ainda mais intangível e com uso intensivo de conhecimento. A melhor teoria também é uma visão estratégica; a melhor pesquisa empírica é aplicável à modelagem de políticas. A estrutura epistemológica e teórica geral é a de sistemas sociais evolutivos complexos na forma de uma constelação de sentidos intangíveis.

Daí um ensaio de três perguntas também inspirado na concepção pragmatista de W. James de que todo conhecimento verdadeiramente válido se torna valor monetário e na prestigiosa lição durkheimiana: “se existe uma ciência da sociedade, pode-se considerar que ela não consiste em uma mera paráfrase de preconceitos tradicionais, mas que nos faz ver as coisas de forma diferente de como elas aparecem para o vulgar. O objetivo de toda ciência é, de fato, fazer descobertas, e toda descoberta perturba mais ou menos as opiniões transmitidas” (Durkheim, 2008: 5). Os fatos sociais, na verdade, não podem ser apreendidos pelos significados e pela semântica com que o mundo vulgar os representa com suas atitudes, percepções e opiniões com uma base fortemente emocional e reativa. Sem conceitos adequados que sirvam como posições em sistemas teóricos e, ao mesmo tempo, como recipientes de dados que permitam todo o processo, da conceituação à medição, passando pelos delicados modos de classificação sem os quais não há conhecimento algum, mas apenas sensação e significado subjetivo. Daí um conjunto de princípios viáveis de *World Orde Policy Modelling* (WOMP) que oferece uma espécie de “manual de arquitetura” da ordem mundial, sabendo que:

- 1) não há casos únicos em que haja conhecimento válido e confiável que gere valor monetário. Há sempre um modelo de projeto conceitual “universal”, ou seja, uma referência conceitual com suas declinações contextuais para conformidade;
- 2) o ponto de partida para a aplicação desses princípios está vinculado a um *modus operandi* “triangular”: o projeto real em uma chave construtivista, a observação comportamental não intrusiva, ou o menos intrusiva possível, dos sujeitos envolvidos e a escuta fenomenológica deles. Sabendo que as percepções e opiniões serão eventualmente obtidas a partir daí para serem consideradas na revisão e no design, mas que nenhum conhecimento no sentido estrito emergirá dessa escuta.

Vamos conceituar em categorias não tendenciosas.

A ordem mundial já vê um número cada vez menor de Jogadores Globais cada vez maiores, sofisticados, conectados em rede e intangíveis. O jogo assume principalmente três formas: autoridade máxima, múltiplos propulsores e hiperformas. A soberania (S) e a expansão monetária (EM) estão conectadas por proporcionalidade direta de acordo com a fórmula $S=(f)EM$.

Nem sempre é assim, mas se não for assim, geralmente não é, como mostra o dilema de Triffin (1991). Cada recurso em cada organização pode ser mapeado em uma das quatro categorias a seguir: alta (A), estratégica (S), baixa (B), disponibilidade (R), ou seja, em ordem decrescente de importância: AS-AR, BS-BR, BS-AR. Essa é a chamada Matriz de Kraljic.

Cada definição de agenda segue um esquema de quatro quadrantes para o gerenciamento do tempo: importante-urgente, importante-não urgente, não importante-urgente, não importante-não urgente. Esse é o chamado Modelo Covey (Pitasi, 2003).

Em qualquer processo de inovação e evolução, a desigualdade é inevitável e necessária porque, sem ela, não haveria pioneiros ou grandes impulsionadores. Ao mesmo tempo, os processos evolutivos implicam que a desigualdade não se cristaliza, mas permanece fluida, como ensinam os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia Simon Kuznets e Angus Deaton, de cujos trabalhos surge um teorema.

A lei de Sturgeon afirma que 90% de qualquer coisa é “besteira” (Dennet, 2017). De forma mais elegante, o termo “ruído” será usado como sinônimo nestas páginas. Essa lei serve para otimização da gestão e definição da agenda.

Quais são os 10% que contam para entender a ordem mundial? Como ela está evoluindo? Tudo isso está em uma fórmula inerente à sua evolução. Inicialmente, o nível de autoconsciência da espécie humana não era muito diferente do de uma vaca pastando (Ortega y Gasset, 2000): FÓRMULA GERAL WOEP ou PRINCÍPIO ZERO WOEP= $Le(Re \times I/S)+Dem(Vx Dn)+De(CxE)+T(Sx Ro/W)$. O acrônimo WOEP significa World Order Evolutionary Pattern (padrão evolutivo da ordem mundial). É também um jogo de palavras com “woe prevention”. (Le) significa, por outro lado, Expansão Legislativa, que se refere à reconfiguração (da ordem legislativa), multiplicada pela desigualdade social (desigualdade) dividida pela velocidade com que essa desigualdade é gerenciada. (Dem) é a demografia expressa pela fórmula Variedade (V) multiplicada por Densidade, (Dn) - variedade, densidade. Além disso, há o desenvolvimento (development), que se baseia na multiplicação da complexidade (complexity) pela facilidade (easiness), que veremos exemplificada abaixo quando o jogo de três vias for dividido em quatro cenários. Por fim, consideramos a tecnologia, que tem impacto na velocidade de multiplicação do ciclo Rogeriano (Ro) sobre os custos transacionais de Williamson (W). Essa fórmula sistêmica discerne a evolução significativa da ordem mundial (os 10% que importam) e os 90% que são ruídos (percepções, emoções provocadas pela mídia na opinião pública, a construção de inimigos inexistentes etc.).

E o uso da matemática nas ciências sociais políticas está, acima de tudo, na dimensão da lógica e da estratégia/heurística da pesquisa, e não tanto na mera técnica quantitativa, que certamente é útil, mas não é dirigida (Pitasi, 2023a). Convertendo a fórmula WOEP em binária, a expansão evolutiva máxima das quatro variáveis é codificada como zero (0), enquanto a contração implosiva máxima com um (1), isto é, Le 0/1, D 0/1, De 0/1, T 0/1. Portanto, 0000<WOEP>1111. Em 0000, os processos convergentes de fusão/confederação/expansão legislativa, com vários nomes e procedimentos, aumentam em escala e alavancagem, a demografia mundial aumenta rapidamente, o desenvolvimento se acelera com a destruição criativa do que é simples e complicado, dando lugar ao que é complexo e fácil e, finalmente, a tecnologia, convergente e global, torna-se um poderoso multiplicador. Em 1111, o quadro é exatamente o oposto. Por fim, uma versão restrita da fórmula geral pode ser formalizada: WOEP= $Cx-Co/E-S$, em que Cx representa complexidade/complexidade, Co representa complexidade/complicação, E representa facilidade/facilidade e S representa simplicidade/simplicidade.

A primeira grande peneira para discernir os 10%-90% de Sturgeon é a percepção de que, entre uma espontaneidade natural e histórica ingênua, de um lado, e conspirações fantasiosas, de outro, há uma rede interconectada de planejamento, consultoria estratégica, modelagem de políticas, elaboração de leis, manipulação por especialistas, geralmente nos bastidores, roteiristas e diretores dos quais os políticos são os atores. Como se projeta uma organização? Como redigimos uma “boa” lei e que significado damos a esse adjetivo no estudo a seguir? Quais são as formas emergentes que estão surgindo a partir desses roteiros e diretores? O que o cidadão pode fazer, ou evitar, para se orientar e se desenvolver nesses cenários emergentes? E, acima de tudo, o que é o Gegnet? (Pitasi, 2023b). Este ensaio foi concebido como um texto de três missões. Ele se destina principalmente a acadêmicos, gerentes de alto nível, profissionais de alto nível, modeladores de políticas de alto nível, formuladores de políticas de alto nível e àqueles que gostariam de crescer e se dedicar a esse campo (estudantes universitários). O estilo é de alta divulgação e é isotrópico, assim como o Modelo Toyota-Kaizen, o Modelo Tesla, o Lean Thinking, o Balance Scorecard de Kaplan e Norton ou o Modelo do Oceano Azul.

Vamos esclarecer “isotropicamente” tomando o Artigo 3º. da Constituição italiana (<https://>

www.senato.it/sites/default/files/media-documents/Costituzione.pdf) como exemplo e ver como alterá-lo, isotropicamente. “Todos os cidadãos [lê-se no texto] têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, língua, religião, opinião política, condições pessoais e sociais”. Mais lógico seria: “Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei”. O resto é “demais”, pois não existem enumerações completas. De acordo com o Art. 3º., as diferenças de gênero não são cobertas, apenas as diferenças de sexo. Portanto, essa revisão não entra na substância política do artigo, simplesmente o redesenha isotropicamente. Isotrópica é o nível intermediário entre a norma jurídica (institucionalmente prescritiva) e a norma social (toda impregnada de juízos de valor, senso comum, sem valor jurídico, etc.). A norma isotrópica não prevê sanções legais, nem sanções morais ou sociais se for violada. Violar uma norma isotrópica é projetar algo que, em primeiro lugar, está destinado a não funcionar.

Mesmo ao analisar os 17 objetivos (<https://www.un.org/sustainabledevelopment/>) para um mundo sustentável listados pela ONU, percebe-se que há algo “demais”: 5 (igualdade de gênero) é uma subclasse lógica de 10 (redução da desigualdade) que poderia ser renomeada como Políticas de Igualdade. Não se trata apenas de um fator de elegância estética. 16 metas são um múltiplo par de quatro que podem ser organizadas em quatro categorias de quatro metas cada. Semântica e visualmente, as Políticas de igualdade são mais rápidas, mais acessíveis e inclusivas do que duas mais específicas, igualdade de gênero e redução de desigualdades. É um fator de otimização da gestão para os custos transacionais de Williamson (contratuais, organizacionais, econômicos). Além disso, 16 objetivos são mais fáceis de alcançar do que 17. Um objetivo a menos significa menos burocracia e menos custos econômicos, portanto, menos gasto de energia.

Os Global Players são gigantes de três cabeças: lobby e relações públicas institucionais, sem fins lucrativos, negócios. Três cabeças no mesmo corpo: é por isso que o raciocínio por oposições dialéticas não funciona mais (se é que já funcionou).

Os três supersistemas (Etzioni, 1967) envolvidos no jogo de três vias são, portanto, nomeados aqui:

1. supersistema da autoridade máxima ou SUPERSYSTEM1;
2. sistema de várias hélices ou SUPERSYSTEM2;
3. hiperforma ou SUPERSISTEMA3. Aqui examinaremos o Hypercity como um caso de hiperforma.

Para fins de brevidade, usarei “sociólogo” e “sociólogo jurídico e político” como sinônimos nestas páginas. A tese deste ensaio é que, há pelo menos quatro séculos, a ordem mundial tem se tornado cada vez mais globalizada, interconectada horizontalmente e alinhada em uma hélice quádrupla cíclica (expansão legislativa-demografia-desenvolvimento-tecnologia: LEDDET). Isso sancionou o triunfo das leituras geográficas e geopolíticas sincronizadas sobre as verticais histórico-filológicas em quase todos os aspectos estratégicos da mudança socioeconômica-tecnológica-política-jurídica (lembrando, no entanto, que todas as épocas interconectam verticalidade e horizontalidade).

A ordem mundial atual, especialmente após as quatro grandes aberturas, caracterizadas por períodos cada vez mais curtos, de alto impacto e quase seculares (1608-88, 1770-90, 1880-89, 1985-89), está cada vez mais interconectada horizontalmente em três níveis sistêmicos apresentados acima como SUPERSISTEMAS 1, 2 e 3.

Esses três atores globais são geradores de capital, significado e valor agregado nas mais amplas

e formalizadas acepções do termo. Nesse cenário sistêmico de três níveis, a grande maioria das formas de Estado e de governo se tornou obsoleta, principalmente porque as formas não são funções sistêmicas, muito menos sistemas. Portanto, por exemplo, conforme descrito pelo dilema de Triffin, nem a soberania nem a expansão monetária são propriedades de formas de Estado e/ou formas de governo. Em vez disso, a soberania e a expansão monetária são funções evolutivas sistêmicas que remodelam as formas contingentes da ordem mundial. A soberania e a expansão monetária fazem parte, respectivamente, da expansão legislativa e do desenvolvimento da hélice quádrupla já mencionada.

As quatro épocas mencionadas acima compuseram uma tendência universalista e cosmopolita em nível memético, genético e global, que agora está se acelerando e expandindo ainda mais. Vamos dar uma breve olhada nas contribuições dessas quatro épocas para a tendência global em curso:

1.1608-1689 (por volta de).

a) a disputa comercial marítima entre China, Holanda e Portugal (uma disputa que Portugal e Holanda, cerca de quarenta anos depois, continuariam no que hoje é o Nordeste do Brasil). Tratada por U. Grotius em *De Jure Praedae* (1604-1608), ela inaugurou o primeiro fundamento jurídico da globalização do comércio, tornando impossível uma “história europeia vertical” sem uma geopolítica horizontal com a África, a Ásia, as Américas etc. Na verdade, isso já havia começado com Cristóvão Colombo em 1492, mas na época não se compreendia a extensão disso e a missão era considerada apenas uma importação de recursos materiais e uma exportação de modelos sociais;

b) na década de 1930, a Bolha das Tulipas inaugurou o conceito de economia financeira. O Decreto dos Regentes de Haarlem de 2 de abril de 1637 já havia deixado claro, ao estourar a bolha em um mercado ativo e próspero, que a regulamentação legal, especialmente em uma base local de mercados financeiros, semeia pobreza para todos;

c) também na década de 1930, foi fundado o que hoje chamamos de ciência. É por isso que qualquer projeto de neo-humanismo hoje soa bastante engraçado: antes do século XVII, a principal fonte de conhecimento estava ausente e o que hoje seria, no máximo, categorizado como crença ou opinião, era considerado conhecimento. O salto da arte para a tecnologia, com todas as suas excentricidades, é interrompido pela entrada da ciência, com sua bagagem de generalização e universalidade;

d) é o século de J. Locke e sua tripartição de poderes no *Segundo Tratado sobre o Governo* (1689). É a época em que o poder federativo estabelece as bases do projeto atual da ordem mundial;

e) ocorreu a Pequena Era do Gelo, que se seguiria no século seguinte, deixando claro que a evolução do nosso planeta não pede permissão à nossa espécie;

f) Guilherme de Orange liderou a Revolução Gloriosa em 1688-89, cujos princípios e ideais encontraremos novamente, reformulados, no século seguinte.

2.1770-1790 (por volta de).

a) iluminismo. Kantiano, de estilo alemão, portador de uma nova mentalidade enciclopédica e nocionalista, auxiliar de seu predecessor do século XVIII no fornecimento de noções e conteúdo àqueles que tradicionalmente não tinham acesso a eles. Mas esse fornecimento de noções só tinha valor quando a mentalidade já havia sido alterada;

b) a Guerra da Independência americana e a Revolução francesa, ambas impossíveis

fora de uma mentalidade iluminista;

c) a Revolução Industrial começou a tomar forma.

3.1880-1889 (por volta de).

a) triunfo da Revolução Industrial em seu sentido positivista. O conhecimento, a ciência, a técnica e a tecnologia, com um toque de arte, não criam mais obras individuais, mas sim formatos que podem ser reproduzidos em todo o mundo, como exemplificam as obras de Gustave Eiffel e, com bom humor, George Ritzer (1993);

b) o positivismo e a “mcdonaldização” ante litteram fizeram do Brasil o primeiro laboratório cosmopolita global.

4.1985-1989, por volta de (Dahrendorf, 1990).

a) aceleração do que foi mencionado acima. Fim das ideologias e da política;

b) o Papa João Paulo II, Ronald Reagan, Mihail Gorbachev e Deng Xiao Ping convergem em uma visão global unificada que pulveriza as especificidades liberais, comunistas, socialistas e cristãs de uma só vez. Fica claro que a política não precisa de política;

c) Queda do Muro de Berlim (9 de novembro de 1989) e o nascimento da *World Wide Web*.

O objetivo deste ensaio é um exame introdutório dos princípios ativos, mecanismos, métodos e padrões de design que moldaram a ordem mundial atual, reduzindo as formas tradicionais de Estado e governo a categorias zumbis (Beck, 2003).

Nesse cenário, a sociologia jurídica e política tem como foco o estudo, a observação e a modelagem dos processos de institucionalização e suas formas constitutivas. No entanto, esse processo de institucionalização, para ser adequadamente observado, compreendido e construído, precisa, nos cenários global e cosmopolita do Gegnet (Schurmann, 1995; Cipolla, 2018), ou seja, daquela abertura ilimitada para o possível, muito mais horizontal como o Equador do que vertical como as narrativas históricas, sem a qual o conhecimento teórico e aplicado das ciências políticas e sociais implodiria em um nacionalismo metodológico obsoleto (como apontado com veemência por Beck, 2003 e 2017). Isso reduziria uma figura altamente estratégica e intensiva em conhecimento, como o sociólogo jurídico-político, a pouco mais do que um travesti administrativo da política local assumida (Berger-Luckmann, 1997), sem nenhuma imaginação sociológica, uma deficiência peculiar aos trabalhadores de colarinho branco (Wright Mills, 1966 e 2018). É precisamente uma sociologia de Gegnet (Pitasi 2023b) que proponho neste meu pequeno volume introdutório a um campo epistemológico, teórico, metodológico, técnico e aplicativo específico da sociologia jurídica e política entre as ciências políticas e sociais, sem pretender ser exaustivo, mas oferecendo uma perspectiva um pouco diferente daquela dos manuais habituais, que geralmente são ou uma transmissão vertical (história do pensamento sociológico a partir de Comte) ou uma lista de técnicas descritas de forma mais ou menos árida. Por outro lado, de acordo com Ardigò (1988), Ammassari (1992) e Cipolla (1998), acredito que seja necessário apresentar um projeto de pesquisa estratégica que combine epistemologia e heurística, metodologia e técnicas em um ciclo unificado e substancialmente reproduzível. Obviamente, esse projeto será apresentado neste ensaio, mas não será explorado em todos os seus aspectos.

A ordem mundial é projetada na prancheta de desenho. Ela é adaptada e ajustada, metaforicamente, durante a construção e, quando o prédio está pronto, começa-se a pensar nos detalhes estéticos, deixando a decisão de mobiliar para as pessoas que morarão lá por último. Hoje em dia, não

é tão incomum vender o apartamento a possíveis compradores quando ele ainda é apenas um projeto no papel. Dependendo do tipo de projeto, o possível comprador obviamente tem a liberdade de escolha (eu compro/não compro), mas tem uma margem de manobra bastante limitada para fazer propostas de alterações no projeto. O pedido de instalação de uma quadra de tênis pode ser considerado se for uma vila, mas se for um apartamento, a voz do comprador em potencial não será ouvida. A ordem mundial é um grande projeto com projetos menores em diferentes escalas dentro dele, chamados de corporações multinacionais, organizações internacionais, estados federais, estados nacionais, governos regionais, áreas metropolitanas, municípios etc. Não é coincidência que, em suas origens (segunda metade do século XIX), a sociologia tenha nascido como engenharia social e, não muito diferente, a psicologia tenha se apresentado ao mundo como a engenharia das almas. Ora, tomar literalmente os princípios do positivismo hoje talvez seja ingênuo, mas, ao mesmo tempo, seria totalmente ingênuo considerar a sociedade mundial como fruto espontâneo de um processo diacrônico natural. Se a seleção natural das espécies da memória darwiniana pode se aplicar a outras espécies, então a nossa começou a trapacear desde o início, acendendo o primeiro fogo e fabricando as primeiras ferramentas.

Seleção natural *versus* seleção artificial.

O que mais são as organizações internacionais ou as corporações multinacionais senão truques da grande trapaça chamada *Homo sapiens*, que planeja proativamente adaptando o mundo a si mesmo, enquanto outras espécies se adaptam ao mundo? Entre os humanos, até mesmo o bem-estar ou a guerra são fenômenos artificiais. A Cruz Vermelha (Onion, 2009) foi, e é, outra tentativa artificial de enganar o “destino natural” do soldado ferido. A ordem mundial, portanto, é um projeto artificial, como já era conhecido por Hobbes, cujo *Leviatã* era precisamente a resposta artificial à condição natural do “*Homo Homini Lupus*”. A artificialidade da ordem mundial fica ainda mais clara no trabalho citado de Locke, que separa os poderes legislativo, executivo e federal. Usando uma metáfora (minha, é claro, não a de Locke), pode-se afirmar que a ordem mundial é uma caixa de Lego gigante que pode ser recombinação de várias maneiras por seus projetistas (Pitasi, 2021). Basta dar uma olhada em um globo da época de Vermeer ou em um de 1780 ou 1990 para entender o trabalho de design introduzido. Pense na Paz de Westphalia (1648), no Congresso de Viena (1815), no Plano Marshall ou, mais recentemente, na Perestroika. Este último, realizado apenas parcialmente, mas que redesenhou um mundo aberto após o dos blocos opostos do bipolarismo.

Mesmo que o Positivismo não possa mais ser tomado literalmente, os templos positivistas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro que ainda funcionam hoje e o lema “Ordem e Progresso” na bandeira brasileira nos lembram que o próprio Brasil foi, e ainda é, um experimento positivista (Toscano, 1993). A ordem mundial é um trabalho de design artificial humano. “O objetivo deste livro é falar sem intermediários aos cidadãos do mundo sobre as coisas que dizem respeito a todos nós, sem exceção” (Gorbachev, 1987: 3). Essa poderosa declaração é a cifra do projeto de ordem mundial em que vivemos. A Perestroika é um trabalho de design decisivo, pois adapta a consciência e a participação política (na época soviética), deixando claro desde o início que a ordem mundial é uma só e que todos são cidadãos dela. Quando isso é percebido, não há retorno ao passado. É um processo irreversível, sem saída. Essa conscientização, a percepção da singularidade do mundo como a esfera suprema (Sloterdijk, 2014-15), já havia surgido com força na década de 1960, quando a Terra foi vista pela primeira vez do espaço (McLuhan, Powers, 1989). Mesmo geomorficamente, um planeta único e indivisível, ou melhor, divisível, sob a condição de sua própria destruição. O fim dos mitos e superstições. Transformando toda a humanidade na pele de cada um de nós (McLuhan, 1967) e destacando que dentro de nossa espécie existem, de fato, diferenças genético-étnicas, mas que elas não afetam o isomorfismo da espécie.

Esse projeto de mundo unificado eu gosto de chamar de Gegnet e, portanto, a sociologia jurídico-política proposta aqui pode ser chamada de sociologia Gegnet, ou *Gegnetssoziologie*. Gegnet (Schurmann, 1995) é um termo epistemológico que significa abertura ilimitada para o possível, que é exatamente a conceituação mais sintética possível da condição humana, do estado evolutivo de nossa espécie entre ameaças e oportunidades, forças e restrições. A espécie humana, de fato, está entre as poucas espécies animais, talvez a única, capaz de viver em qualquer lugar. Por muito tempo, muitas disciplinas convergiram para essa concepção do homem como um ser genérico, unificado ao longo do tempo em uma chave epistemológica por meio da abordagem sistêmica construtivista de sistemas complexos, uma abordagem que evoluiu e sofreu mutações desde o Iluminismo kantiano até Cassirer, von Foerster, von Glasersfeld e Niklas Luhmann, autor, não surpreendentemente, da monumental obra de seis volumes *Sociological Enlightenment*. Essa visão do ser genérico também pertence, com nomes diferentes, à etologia humana (K. Lorenz, I. Eibl-Eibesfeldt), à sociobiologia (E.O. Wilson), à antroposofia (E.O. Wilson) e à filosofia (E.O. Wilson). Wilson), à antroposofia (Gehlen), às variantes mais prestigiadas e recentes da filosofia teórica (pense na obra de três volumes de Peter Sloterdijk, *Spheres*), até mesmo à neurociência e, em particular, à neurofisiologia (de P. D. McLean a G. Marcus): os limites psico-bio-evolutivos do homem não têm nada a ver com diferenças irrelevantes de raça. De fato, não há raças na espécie humana. O único problema real, na espécie humana como um todo, é que nossos cérebros veem e experimentam desconexões relativas, mas incômodas, entre as três camadas que compõem o cérebro reptiliano, o sistema límbico e o neocórtex.

O primeiro é ancestral, primitivo, territorial, passivo-agressivo. Imaginemos um réptil em seu “feudo”, o pântano. O olfato é seu sentido orientador e o perímetro de seu microcosmo é bastante restrito, mas ele não saberia como viver ou se imaginar em outro lugar. O sistema límbico, em uma aproximação boa e razoável, coincide com o estágio evolutivo do cavalo, isto é, com horizontes muito mais amplos, mobilidade muito maior e visão como seu principal sentido, fatores que o tornam mais flexível do que o olfato empoleirado, mas ainda sem um desenvolvimento neocortical significativo. Répteis e cavalos vivem em mundos reais, ou seja, *wirklich*, que eles aceitam, por assim dizer, da natureza, pois não podem alterá-la, nem podem descobri-la ou inventá-la, pois não podem processar símbolos e memes, já que esse processamento só é possível por meio do neocórtex do cérebro. Precisamente com o desenvolvimento do neocórtex cerebral, a espécie humana e sua sociedade adquirem a consciência de serem realidades *sui generis*, abstratas, artificiais e, ainda assim, reais: um avião, um trem ou um computador são, em todos os sentidos, tangíveis e reais e, ainda assim, não poderiam existir se não tivessem sido projetados artificialmente pelo neocórtex cerebral, dando origem a uma realidade não menos real do que a *Wirklichkeit*, mas com origens totalmente artificiais na mente humana. O *Sachlichkeit* abrange tanto as criações tangíveis (edifícios, armas, barcos a motor etc.) quanto as intangíveis (diplomas, índices comerciais e financeiros, roteiros etc.). A espécie humana é a única a experimentar sua *Sachlichkeit* e não apenas sua *Wirklichkeit*.

Vários paradigmas epistemológicos e disciplinas unificados pela abordagem evolucionária e de sistemas sociais complexos têm convergido para esse ponto desde pelo menos a década de 1960. Esses paradigmas destacam como o *Wirklichkeit* em cenários evolucionários indicou, acima de tudo, certos limites neurofisiológicos óbvios da natureza humana que, às vezes, são confundidos em nível social com os limites da evolução, que, de qualquer forma, avança inexoravelmente. Isso é demonstrado pelo cérebro reptiliano do modelo trino de P.D. McLean, amplamente adotado por McLuhan em *Il villaggio globale (A aldeia global)*, por L. Gallino em seu volume sobre o ator social e por A. Ardigò em *Per una sociologia oltre il postmoderno (Por uma sociologia além do pós-modernismo)*, onde Ardigò também

o adotou criticamente na interpretação proposta por Gallino. Ser genérico retorna explicitamente na *Teoria da Ação e da Complexidade* de G. Piazzini e, mais implicitamente, em *A Estratégia do Gene* (1983) de S.S. Acquaviva, cujas categorias de necessidades baseadas na sociogenética são da espécie humana e não de uma sociedade específica. A generalidade do homem e o caráter sui generis da *Sachlichkeit* das sociedades humanas também retornam nas ciências cognitivas: *Enlightenment Now!* de S. Pinker e os vários livros de D.C. Dennett atestam como a racionalidade, embora com todas as suas limitações, continua sendo o melhor timoneiro para a espécie humana enquanto ela navega pelos oceanos da experiência (também) perceptiva e emocional.

Até mesmo a genética e suas aplicações geo-histórico-sociais não oferecem um quadro muito diferente: é racional observar a recombinação intrínseca, contínua e incessante de genes e memes desde que o sapiens deixou a África para se aventurar no mundo então conhecido e alcançável. A percepção dessa recombinação corresponde a uma consciência do cosmopolitismo inerente da espécie humana. Essa consciência nasceu com o Iluminismo, mas com um mal-entendido fundamental na época: o cosmopolitismo era um ideal a ser alcançado, uma unificação do que estava separado na época, ao passo que uma consciência adequada no sentido cosmopolita consiste em abrir os olhos para as interconexões genéticas e meméticas que sempre envolveram toda a humanidade. A “típica” *Sachertorte* vienense nunca teria existido sem os nativos americanos, Cristóvão Colombo, Isabela e Fernando de Castela, mestres confeitores holandeses e bávaros etc. A geo-história e a sociologia dos genes e dos memes seguem trajetórias interdisciplinares que envolvem principalmente, mas não apenas, geneticistas. De R. Dawkins a L. L. Cavalli Sforza e L. Stuppia, onde a genética também ocupa um lugar cada vez mais proeminente entre as ciências de sistemas evolutivos complexos aplicados à análise e à modelagem política de desafios (ameaças, oportunidades) com impacto global que nossa espécie sempre enfrentou. O fato de que essas são recombinações genéticas é um dado adquirido para qualquer pessoa que tenha lido até mesmo Darwin; o fato de que são recombinações meméticas pode ser menos intuitivo. São precisamente L. L. Cavalli Sforza e R. Dawkins que introduzem o conceito de memes, que eles consideram o equivalente em transmissão cultural, horizontal e vertical, ao que os genes são em transmissão genética, horizontal e vertical. Assim como Dawkins, com *The Selfish Gene*, lançou o conceito de memes, N. Luhmann escreveu *Sociological Enlightenment*, seguido por *Social Systems* e, finalmente, *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, três obras decisivas do mesmo autor, publicadas em pouco mais de duas décadas, até o ano anterior à morte de Luhmann (1998). Embora o conceito de memes não tenha sido introduzido no campo de Luhmann, suas obras abriram o caminho para a memética na sociologia. Um artigo bastante curto, mas decisivo, intitulado *Warum AGIL?* ou *Why AGIL?* foi um ataque frontal e perturbador ao conceito de sistema social formulado no final da década de 1940 e início da década de 1950 por T. Parsons e seu conceito de cultura como latência e cola da sociedade. Um ataque não menos importante a Parsons também se deve a P. De Nardis (1988) em seu *L'equivoco sistema*. Parsons, em *The Social System*, descreve não como o sistema social funciona tout court, mas como a sociedade americana funcionava, pelo menos em suas intenções, em antagonismo à sociedade soviética. Sociedades descomplicadas, baseadas em “valores éticos” que se consideravam o bem e o antagonista o mal em um reducionismo que parecia uma barragem abismal diante da complexidade oceânica do mundo.

Complexidades que tanto Luhmann quanto De Nardis (1988 e 1999) descarregam no esquema AGIL, a barragem parsonsiana da metáfora. Em poucas palavras, a barragem foi descrita por Parsons de acordo com quatro funções: Adaptação - recuperação e proteção dos recursos materiais: tarefa da medicina, da biologia e da economia; Integração: função normalizadora e integradora desempenhada pela lei; Definição de metas: das metas da sociedade como um todo, tarefa da política; Latência: socialização

progressiva da criança à sociedade, tarefa desempenhada pela família, pela escola e pela mídia de massa. De acordo com Parsons, aqui a criança deveria ter sido socializada desde cedo para os valores “bons e justos” que, ao internalizá-los, ela reencontraria como adulto e bom cidadão, formalizados nos direitos existentes e válidos como meio de integração do cidadão adulto e normal, claramente distinto do desviante.

Mais uma vez, uma abordagem reducionista que Luhman também atacaria em *The Lost Paradigm* ao negar, por razões óbvias de reducionismo e hipersimplificação, qualquer pretensão da ética de fundar a ordem social. Luhmann, e mais indiretamente De Nardis (1988 e 1999) e Bellasi (1987), falsificam a AGIL ao refutar a conexão entre latência e integração, de fato usando o modelo de transmissão horizontal e vertical também encontrado em Cavalli Sforza. Na realidade, a crítica à AGIL é horizontal, porque é bastante improvável que uma criança receba da família, da escola, da religião e da mídia de massa o mesmo pacote idêntico e imutável de valores de forma totalmente consistente. Isso poderia acontecer, na melhor das hipóteses, em uma ilha remota no oceano onde prevalece uma ditadura totalitária. Basta que a mãe e o pai divirjam em um único valor para que o modelo AGIL dê um salto horizontal. Supondo, por outro lado, que horizontalmente a transmissão tenha funcionado suficientemente, será que temos certeza de que verticalmente, diacronicamente, o modelo ainda será válido? Será que temos certeza de que os valores da infância serão a base das normas legais de quando formos adultos? A demografia, a tecnologia, o desenvolvimento e o sistema jurídico serão muito diferentes entre o cenário da criança e o da criança que se torna adulta e depois idosa. As tradições culturais como sequências rigidamente lineares inevitavelmente se desintegrarão. Isso não quer dizer que não haja transmissão, mas que não há reprodução automática do “idêntico”, mas sim recombinação entre fragmentos de tradições implodidas e fragmentos de novas concepções pelo neocórtex. Esses fragmentos em contínua recombinação são os memes. Se a pizza de abacaxi se tornar popular e um item obrigatório na dieta, pouco importa se sua origem é napolitana ou havaiana.

Portanto, as tradições culturais e a cultura não existem se forem entendidas como padrões lineares de reprodução que são essencialmente idênticos ou com variação mínima. Em vez disso, há recombinações meméticas nas quais o acaso e a necessidade se entrelaçam de forma dinâmica, processual e relativamente instável, gerando mutações recombinatórias e diferenciações de variedade, e não simples reproduções de densidade. Um processo que nenhum timoneiro pode governar e gerenciar de forma completa e integral (termos que se excluem mutuamente com relação ao que é complexo e, portanto, completo e integral nunca será), mas isso não é motivo para desistir do timoneiro, como ensina a cibernética de N. Wiener a H. Laborit. O primeiro, pai da disciplina, definindo o homem mais como uma chama do que como uma pedra em sua *Introdução à Cibernética*; o segundo, mostrando com seus estudos sobre a cidade como um sistema cibernético o poder evolutivo dos atratores de variedade e densidade genética e memética. Adotando a sintaxe e a semântica de sistemas sociais evolutivos complexos, a evolução é, portanto, a transição frequentemente caótica e turbulenta de cenários simples e complicados para cenários complexos e fáceis.

Alguns exemplos podem ajudar a esclarecer. Antes, porém, deixe-me esclarecer uma última passagem. Eu mencionei duas contribuições estratégicas, dois modos da Perestroika. A primeira foi tornar o Gagnet da ordem mundial claro e visível, a segunda, separar definitivamente o socialismo do comunismo. Eles, de fato, embora partam da mesma raiz ideológica “cada um de acordo com suas habilidades”, levam respectivamente a “cada um de acordo com sua necessidade” (comunismo) e a “cada um de acordo com seu trabalho” (socialismo, cf. Gorbachev, 1987: 128-132). E é a partir daí que se torna cada vez mais evidente que o capitalismo e o socialismo são dois lados da mesma moeda também

em termos de modos organizacionais (Schumpeter, 1970). Em Gegnet, eles são tão hibridizados que efetivamente descartaram codificações binárias simplistas, como direita/esquerda, e se concentraram na criatividade e na inovação (Gorbachev, 1987: 76) de baixo para cima, pedindo aos cidadãos que sejam designers ativos. Designers, ênfase: cidadãos proativos e proativos, não cidadãos críticos passivos-agressivos típicos do antigo comunismo de necessidades.

O Gegnet é, portanto, a ordem mundial composta por um número cada vez menor de Global Players cada vez maiores, embora não seja um jogo de soma zero e esteja aberto a soluções expansionistas, intangíveis e vantajosas para todos. Os vencedores, ou seja, aqueles que conseguem resistir à tempestade dentro de um período razoável de tempo e que conseguem seguir em frente com poucas reservas sobre o sistema; os perdedores, ou seja, aqueles presos em situações estruturais resultantes de erros de projeto (...), que buscam remédio em soluções que negam, ou pelo menos impedem, o funcionamento do sistema econômico global (Kissinger, 2015: 367). São aqueles que seguem o caminho do folclore local, da implosão autárquica, remontando a um passado idealizado e mitologizado que nunca existiu.

Erros de projeto, observe com atenção! Os bem-sucedidos, ao contrário, se expandem ao experimentar um sucesso evolutivo que é tão turbulento quanto empolgante. Citando Kundera: “uma vida no centro da história não é um piquenique” (2022: 32).

Mais precisamente no centro da geografia política (geopolítica Garfield 2013, Kaplan 2013 e 2022), a prevalência de modelos de transmissão horizontal sobre os verticais, exceto por uma sistematização do que pode ser reatualizado adaptando-o ao presente, deixou clara a falácia de qualquer tentativa de buscar significado no céu ou no túmulo (Dershowitz, 2001).

2 COMPLEXO É FÁCIL: PRINCÍPIOS SISTÊMICOS DO PROJETO DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

Os parlamentos, em teoria, seriam órgãos de tomada de decisões legislativas. Entretanto, a elaboração de uma lei é uma questão para especialistas em elaboração legislativa e hermenêutica jurídica. As leis tomam forma, portanto, nem sempre por meio do trabalho dos parlamentares, mas por meio do trabalho de especialistas nos bastidores. Por trás de qualquer político, que na verdade é um ator, há roteiristas (os mais variados lobbies: militar, religioso, de orientação sexual etc.) e o diretor com a equipe (spin doctors, redatores etc.). Como se projeta um político? Pelo menos desde a Paz de Westfália (1648) até a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a Perestroika e os quatro volumes de *A Governança da China*, de Xi Jinping, tem se tornado cada vez mais evidente que a ordem mundial é o resultado de um projeto de “mesa” em vez de espontaneidade histórica. Desde as organizações mais colossais até as mini-empresas adhocráticas mais rápidas (para usar um termo caro a H. Mintzberg, 1996). Quando você erra no design, o erro se reproduz.

Aqueles que projetam errado, projetam errado de fato, como aconteceu na União Europeia entre seus órgãos intergovernamentais e seus órgãos supranacionais, cujo equilíbrio é errado e paralisante. Até que o projeto seja corrigido, como Kissinger também explica em seu livro *The World Order*, qualquer resultado eleitoral europeu será de pouca importância.

O objetivo do volume a seguir é oferecer uma introdução aos princípios epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos da Modelagem de Políticas de Ordem Mundial (como De Nardis, 1999, a define). Como já foi mencionado, a política é um jogo de aparências composto por atores mais ou menos talentosos que pretendem se aproveitar do sentimento da *doxa*, jogando pavlovianamente com as emoções da opinião pública. É por isso que, seja qual for o problema, ela não consegue resolvê-

lo. É por isso que é a “dramatização do insignificante” (Dahrendorf, 1993). Os desafios globais que a espécie humana enfrenta atualmente, por outro lado, exigem cidadãos com uma grande quantidade de conhecimento qualitativamente confiável e válido, uma autoconsciência aguda de si mesmos no mundo e, finalmente, uma capacidade plena de formular problemas de forma clara e conceitual (definição de problemas) que identifiquem as soluções mais simples e mais complexas (solução de problemas). Isso significa discernir o que é fácil e complexo do que é complicado e simples.

A racionalidade humana é limitada, mas isso não significa render-se aos limites das percepções e da emocionalidade de uma economia não cognitiva que busca a solução mais simples só porque ela é, de fato, simples. O fato de que motoristas humanos e/ou automatizados podem cometer erros não é, de forma alguma, motivo para colocar um chimpanzé bêbado no volante, mesmo que seja amado pela maioria.

Vejam, portanto, em resumo, as características exigidas dos cidadãos globais para enfrentar os desafios da governança global e da WOPM em nosso tempo.

Princípio 1. Discernir o conhecimento do que não é conhecimento. O que não é conhecimento?

Uma opinião, um sentimento, uma emoção, uma crença, um provérbio popular, um comportamento automático: tudo isso agora não tem mais sentido. Nada disso é conhecimento. O conhecimento, para ser tal, emerge de procedimentos terminológico-conceituais transparentes e não ambíguos (um pré-requisito para qualquer classificação e medição) e tem valor estratégico, aplicativo e de alto nível, generalizável, se não universal em um cenário sincrônico horizontal e global. O mundo muda e o conhecimento evolui com o passar dos anos, até chegar inevitavelmente à obsolescência e ser substituído por novos conhecimentos construídos por meio de procedimentos transparentes e da inequívocidade terminológico-conceitual. Ele tem um valor estratégico, aplicativo e altamente generalizável, se não universal. A velocidade com que o conhecimento é atualizado dentro dos modos descritos acima se torna estratégica e decisiva.

Princípio 2. Consciência profunda e aguda de si mesmo no mundo

Cada um de nós vive quatro vidas simultaneamente: a) uma vida psicossocial (a do nosso eu interior e das nossas relações afetivas); b) uma vida à escala micro (o nosso bairro ou em todo o caso os locais onde nos sentimos em casa como um restaurante, um café, etc.); c) uma vida em mesoescala (eleições políticas nacionais, etc.); d) uma vida em macroescala (mercados financeiros e tecnologias globais, OMC, OMPI, ONU, OIT, OMS, OCDE, questões ecológicas, inteligência artificial, etc.). Todas elas têm em comum o fato de estarem aparentemente fora do controle das outras três vidas e, ainda assim, terem um poder de impacto sobre as outras três que não permite que se faça vista grossa. O mundo, de fato, está circunscrito a um horizonte que é, na melhor das hipóteses, meso, se não exclusivamente psicossocial e micro. Os cidadãos que estão conscientes de todos os quatro aspectos de suas vidas e não fogem em busca de soluções complicadas e simples (como buscar justificativas na história) são e serão os protagonistas de nosso tempo. Os outros se tornarão rebanhos a serem gerenciados emocionalmente e colocados nos currais construídos para eles por políticos ou gurus.

Princípio 3. Uma velocidade notável de discernimento entre o que é relevante e o que é insignificante

Em primeiro lugar, distinguir entre o que é conhecimento e o que é ruído. Em segundo lugar, observar cada destino social em todas as nossas quatro vidas. Terceiro, a capacidade rápida de definir e resolver problemas complexos e fáceis. O complexo é fácil, como veremos no capítulo a seguir.

Princípio 4 O complexo é fácil de configurar e resolver

Aqui apresento dois pares de conceitos: complexidade/complexidade e facilidade/simplicidade, que não definirei, mas ilustrarei com quatro exemplos: 1) o deserto. Um indivíduo se encontra andando a pé no meio do deserto, sem comida, água ou tecnologia. O sol bate violentamente e a temperatura ultrapassa os cinquenta graus centígrados; 2) o pescador. Um pescador tem uma pequena casa na praia e um pequeno barco com redes de pesca. Atrás de sua casa há uma pequena vila com banco, hospital e outros serviços essenciais. Em suma, ele tem “tudo o que precisa”; 3) o engarrafamento. Ninguém tem a intenção de criar um engarrafamento. Nem os motoristas, nem o Departamento de Transporte, nem o governo central. Na verdade, ele é um prejuízo tanto em termos ecológicos quanto em termos de sustentabilidade tout court. No entanto, os congestionamentos se formam diariamente; 4) um brunch metropolitano. Imagine que você está em uma rua principal de uma metrópole. É hora do almoço e você está com fome. Além da possibilidade de comer em casa, você também tem três grandes supermercados em um raio de duas quadras. Você também tem 40 cafês, restaurantes e bistrôs em sua vizinhança. Nesse momento, você tem meia hora para almoçar e voltar ao trabalho. Nesse dia, porém, você não tem vontade de cozinhar, então come fora. Você tem que escolher; na verdade, você é literalmente mimado pela escolha. Nesse momento, você começa a selecionar, excluindo: a) aqueles cuja culinária não lhe agrada; b) aqueles que lhe causam má impressão; c) aqueles que são educados, mas lentos; d) aqueles que são muito caros. E assim por diante. Isso leva alguns minutos, no máximo, mas geralmente trinta segundos são suficientes. Naquele dia, a pessoa escolhe o local X; amanhã, ela pode muito bem optar pelo local Y. Portanto, se você decidisse pelo local X hoje, isso seria uma redução contingente na complexidade, já que ela só pode ser reduzida contingentemente. E amanhã seu horizonte de escolha será amplo novamente.

Princípio 5. Elimine falsas soluções simples e complicada

Os exemplos 1 a 4 estão na ordem do mais complicado e simples para o mais complexo e fácil. No primeiro, a margem de escolha do indivíduo na natureza selvagem existe, mas é muito pequena, enquanto no segundo, o pescador tem mais liberdade de manobra. No entanto, a vida do pescador está limitada a três quilômetros. Basta um evento imprevisto, como um grande maremoto, para que todo o seu mundo acabe. O brunch metropolitano, por outro lado, mostra um cenário eficiente de gerenciamento complexo e simples! Portanto, o exemplo 1 é de longe o caso mais complicado e simples, enquanto o exemplo 4 é o mais complexo e fácil. Se alguém perdesse o emprego, isso poderia ser uma tragédia absoluta em um cenário de escassez total como o 1 ou o 2. No entanto, não é o caso do cenário 4, em

que o envio oportuno de seu currículo poderia lhe proporcionar rapidamente um emprego equivalente, se não melhor.

Sua evolução e governança exigem um pensamento estratégico especialmente voltado para a definição e solução de problemas complexos e fáceis, que é a forma viável de inteligência em nosso planeta.

Princípio 6. Se não for estratégico, não será prático

Lidar com linhas de pesquisa nas quais as ciências políticas e sociais da complexidade poderiam unir forças de forma interdisciplinar, sem qualquer pretensão de exaustão de minha parte, na verdade aplaudindo qualquer sinergia mais ampla precisamente porque defendo um pensamento estratégico fácil e complexo.

Princípio 7. A complexidade algorítmica resolve a antiga antinomia entre holismo e reducionismo

Uma abordagem interdisciplinar dos desafios decisivos do impacto global é possível dentro de uma gestão estratégica da complexidade algorítmica que atua como uma hélice tripla entre as plataformas tecnológicas das ciências exatas, o fornecimento de conteúdo das ciências humanas e os sistemas sociais evolutivos e complexos (SSEC) de governança global desenvolvidos pelas ciências políticas e sociais.

A complexidade algorítmica gerenciada pelos SSECs evita a prolixidade vazia do ruído semântico confundido com outra coisa. A riqueza lexical das ciências humanas e o reducionismo tão caro às ciências exatas, que às vezes se esquecem de que a complexidade algorítmica é a formalização e a formulação de uma sequência em sua forma mais sintética, tornam-na um pouco simples e complicada demais.

Princípio 8. A autorreferencialidade dos sistemas complexos e a seleção do ruído ambiental

Os sistemas sociais complexos são relativamente poucos em número e cada um é especificado por seu próprio código binário (com seu próprio esquema binário e generalização simbólica) e seu próprio programa. Em resumo, os sistemas sociais podem ser listados em ordem alfabética: Arte, Economia, Direito, Política, Religião e Ciência.

Princípio 9. Formas, como o estado, e mídias, como o dinheiro, são desprovidas de autorreferencialidade, portanto, não são sistemas

Vimos o exemplo da forma de estado dentro do sistema jurídico acima e não vou me alongar mais. No entanto, os sistemas de mídia também não são. Uma mídia, nesse sentido, é no máximo a linguagem falada pelo sistema; no caso da economia, a linguagem é a do valor contado de qualquer coisa. O dinheiro é o meio simbólico que formaliza a comunicação do sistema econômico, não o sistema econômico.

Suponha uma fórmula, uma “equação”, $a+b+c/3X= c(6x-a)$. Não estamos interessados em desenvolver isso porque não se trata de um ensaio matemático. Em vez disso, estamos interessados em introduzir uma distinção: a fórmula/equação é uma forma, enquanto as letras, os números e os símbolos

que a compõem (a, b, c, X, 3, 6, = etc.) são mídias. Nem a forma nem a mídia são sistemas; o sistema de referência é a ciência, e ninguém afirma que uma fórmula é o sistema da ciência.

3 UM RESUMO INICIAL DOS PRINCÍPIOS COMPLEXOS E FÁCEIS DO PROJETO LEGISLATIVO E DA HERMENÊUTICA JURÍDICA PARA O WOPM

1. tenha em mente a Fórmula WOEP ou Princípio Zero;
2. na modelagem legislativa e de políticas, sempre opte pelas soluções complexas e fáceis de acordo com os princípios relevantes da introdução;
3. tenha em mente um projeto horizontal e federativo. Isso permitirá flexibilidade, simplificação e velocidade processual, de modo a tornar o texto legal o mais essencial possível em termos de complexidade algorítmica;
4. projetar legislativamente de acordo com modelos algorítmicos. Eles gerarão o mínimo possível de ruído semântico e, portanto, uma lógica organizacional enxuta (no sentido do *Lean Thinking*). Somente assim a burocracia poderá ser eficiente, reduzindo ao mínimo a restritividade administrativa local, que só gera entropia, desorganização e multiplicação de trabalho com valor agregado zero. Dessa forma, os custos organizacionais, econômicos e contratuais, conhecidos como custos transacionais de Williamson, poderiam ser reduzidos;
5. a linguagem jurídica se baseia em formalizações sintáticas e gramaticais da relação validade-eficácia (ou seja, teoria jurídica geral-sociologia jurídica) e somente sob essas condições o direito é tal. Se isso não tomar forma, a *reentrada da* subjetividade política poderia criar uma forte contingencialização do direito, que seria reduzido de conceitos e fatos a casualidades puramente políticas e, portanto, deixaria de ser direito;
6. nesse sentido, o legislador (que, em um futuro próximo, poderá ser a IA) e/ou o consultor legislativo operam em um nível puramente isotrópico, ou seja, de formalizar padrões operacionais que podem ser reproduzidos globalmente a partir de conceitos formulados de acordo com a complexidade algorítmica mais precisa possível;
7. como qualquer idioma, o direito possui várias formas comunicativas, mas sua racionalidade vem da lógica dedutiva, portanto, não há uma racionalidade científica interna específica do direito;
8. o acoplamento estrutural mais viável para dar racionalidade ao direito é aquele com a economia por meio da abordagem Law & Economics, cujo grande expoente é D. Friedmann (2004);
9. uso da lei como linguagem: a lei entendida como a matemática das ordens sociais e dos processos de institucionalização horizontalmente conduzidos em escala global.

4 PRINCÍPIOS DE LÓGICA ORGANIZACIONAL E PROJETO GEOPOLÍTICO E O WOPM

A lei é um produto abstrato e simbólico do neocórtex cerebral, portanto é um fenômeno totalmente *sachlich*. Embora em um nível etológico até mesmo os animais inferiores possam organizar, por exemplo, as regras do rebanho, as restrições naturais fazem com que as próprias regras sejam contextuais, operacionais e automáticas - como no caso do imprinting - enquanto a lei *sachlich* serve para conceituar e normalizar o abstrato e o ausente. Legisla-se sobre conceitos e fatos que são tão generalizáveis quanto possível para normalizar e gerenciar casos que (ainda?) não surgiram.

Se formos à raiz da ciência jurídica (Falzea, 2008), acreditou-se por algum tempo que o direito

se originou na natureza e, mesmo antes disso, nos deuses. Entretanto, este meu pequeno livro não é uma introdução à história do pensamento jurídico. É precisamente por esse motivo que só extrairéi do passado o que ainda é estritamente necessário, sistematizável e viável na fase de planejamento jurídico do WOPM. Tanto os teólogos jurídicos quanto os advogados naturais se dissolvem em um paradoxo: para expandir a vontade divina ou os direitos naturais por meio da lei, ambos precisam que a lei se torne abstrata, artificial, *sachlich*, positiva, formalizada.

Aqueles que apóiam essa tese são chamados de legal-formalistas ou positivistas jurídicos. Eles estão cientes do niilismo inerente a qualquer construção jurídica que seja, por si só, desprovida de justiça ou verdade. O triunfo do jusformalismo ocorreu por volta de 1608 com a publicação de *De Jure Predae*, de Grotius, que, para resolver uma disputa de comércio marítimo (e pirataria) entre a China, a Holanda e Portugal, de fato encontrou uma solução jusformalista. As bases “históricas” do formalismo jurídico podem ser encontradas no tratado de Kant sobre a *Paz Perpétua* (1795), um esboço engenhoso do que mais tarde se tornaria a ONU, no pensamento de von Savigny, no Universalismo Incondicional de Rudolf Stammler e, finalmente, nos *Lineamenti di dottrina pura del diritto* (1934) de Hans Kelsen (1881-1973).

É justamente a partir das *Diretrizes que iniciarei* minha análise concisa do formalismo jurídico, sem o qual a consultoria em estratégia legislativa jamais teria existido. Não vivemos em um vácuo, somos feitos de passado e presente. Do passado, extraímos seletiva e sistematicamente o mínimo necessário para viver agora e olhar para o futuro. Em *Lineaments*, Kelsen lança uma mensagem poderosa e aparentemente contracorrente em 1934, o ano seguinte à ascensão de Adolf Hitler ao poder. De acordo com Kelsen, o direito é abstrato, artificial, formalizado e universalizável. Se o direito natural ou o direito teológico eram, em essência, baseados antropologicamente em nível local, a partir de Kelsen o direito é formalizado e modelado como a matemática da sociedade (Pitasi, 2023a), isto é, como uma linguagem entre as ciências sociais políticas equivalente à linguagem matemática entre as ciências exatas. Hoje falamos de direito transnacional e supranacional, e é bem sabido que a concepção do direito tem cinco modelos básicos: institucional, internacional (também chamado de intergovernamental), federal, supranacional e sistêmico-constitutivista:

1. o modelo institucional, por meio do qual os estados-nação, governos regionais e pouco mais são projetados. Esse foi o principal modelo entre os séculos XVII e XVIII. Ele ainda pode ser usado em pequena escala, mas atualmente flui para esquemas geralmente rígidos e burocráticos;
2. o modelo internacional teorizado pelo neokantiano Kelsen e que levou à criação da ONU. Um modelo revolucionário para sua época, mas insuficientemente sistêmico hoje;
3. o modelo federal pode ser entendido de duas maneiras: a) o modelo lockiano original da ordem mundial indefinidamente componível e recomponível. Essa concepção ainda é viável; b) como um modelo específico que, por exemplo, com esquemas mais centralizados ou descentralizados, hoje conota os EUA e o Brasil como federações e a Rússia e a Suíça como confederações;
4. o modelo supranacional da autoridade máxima corresponde ao design criativo, inovador e problemático da atual UE. Discutirei isso detalhadamente;
5. é a cifra teórica de todo o meu ensaio. Ela permite que os outros quatro modelos sejam remodelados e reconfigurados, recombinao-os instrumentalmente em um projeto completamente *sachlich*.

Obviamente, porém, a questão é mais complexa do que isso. Por exemplo, todos os cinco modelos são constelações intangíveis de significado abstrato (Normann, 2002), ou seja, têm limites

mutáveis, carecem de ontologia material, são compostos principalmente de espaço vazio que oscila entre Grossraum, um grande espaço, ainda indistinto e moldável, e as pequenas nações, conforme definido por Milan Kundera (2022) em seu ensaio de 1967 recentemente republicado. O que Kundera quer dizer com pequena nação? “É uma pequena nação que a qualquer momento pode ver sua existência questionada, que pode desaparecer e está ciente disso” (Kundera, 2022: 62-63). Como os estados-nação são formas e não sistemas (Luhmann 1990a, 1995a e 1997a), eles estão igualmente sujeitos a esse desaparecimento. Da mesma forma que os antigos impérios coloniais ou a URSS. Portanto, hoje está bem claro que a unidade elementar “pequena nação” é sinônimo da própria nação, independentemente das características geopolíticas ou geográficas dessa nação.

Hoje, cada estado-nação é um resquício meramente formal da Paz de Westfália (1648). Ela projetou uma ordem mundial viável para a época, que, no entanto, hoje está obsoleta, dada a diferença entre crescimento (tangível, concreto, específico, “físico”, cf. Smil, 2022) e desenvolvimento (intangível, abstrato, universal, artificial, formalizado, interconectado e essencialmente ilimitado).

A diferença era desconhecida na época, tanto que nem mesmo a bolha das tulipas mencionada anteriormente foi uma lição sobre o fato de que os ciclos intangíveis de desenvolvimento têm seu próprio processo (Goudsblom, 1994). Esse planejamento é certamente possível, mas em um nível que é, precisamente, abstrato, artificial e positivo de abertura ilimitada para o possível (Gegnet). A fragilidade e a transitoriedade das nações derivam de sua própria rigidez subjetivamente conotativa. Como vimos nas páginas anteriores, o cosmopolitismo é intrínseco à nossa evolução como espécie. Se cada contexto local quisesse fazer para si apenas o que lhe é típico, logo se veria sem nada em suas mãos. Por exemplo: sem Américas, sem tomate “mediterrâneo”. Por esse motivo, também, a produção legislativa local é uma solução ruim inspirada em um raciocínio perdedor: já que o ar está poluído e os ventos o carregam para todos os lugares, é melhor colocarmos um saco plástico intacto em volta da cabeça e fechá-lo bem, bem fechado. A resposta a essa “solução” é o design e a escala transsoberanos altamente alavancados em suas formas construtivistas e sistêmicas. Essas formas podem se recombinar tanto vertical quanto horizontalmente e revelar um enorme potencial de hibridização sistêmica. A esse respeito, os princípios da lógica organizacional de Mintzberg (1996: 243) são inestimáveis para a compreensão dessa hibridização sistêmica e evolutiva entre cinco modelos que Mintzberg (1996: 416-435) inicialmente considerou estarem em conflito entre si devido às suas diferentes direções funcionais, mas que depois percebeu a convergência dos cinco modelos que apresento aqui em síntese extrema. Eu os apresento como a Pentapartição de Mintzberg:

1. a estrutura simples governada diretamente pela liderança estratégica e caracterizada por uma forte centralização. Em essência, o modelo institucional mais simplista;
2. a burocracia mecânica trata da padronização dos processos organizacionais gerenciados por uma tecnoestrutura com relativa descentralização horizontal. É nesse ponto que a revolução kelseniana se encontra em sua época;
3. a burocracia profissional na qual as capacidades são padronizadas e gerenciadas por um núcleo operacional a partir do qual se desenvolve uma crescente descentralização vertical e horizontal. Um modelo federal toma forma aqui;
4. a solução divisional com sua padronização de resultados, seu gerenciamento a partir da linha intermediária com descentralização vertical limitada torna esse modelo obsoleto hoje, se usado exclusivamente. No máximo, ele pode ser acoplado estruturalmente à lógica em um modelo institucional simples;

5. a adhocracia trata da adaptação mútua facilitada por uma equipe de apoio que ativa a descentralização seletiva. Ela se adapta bem à variante federal lockiana, a partir da qual pode ser redesenhada em uma escala supranacional sistêmico-constructivista, convergindo o transnacional para o supranacional, de modo que propriedades sistêmicas *sui generis* surjam irreversivelmente unificando a *unitas multiplex* do design para superar os limites das organizações internacionais sujeitas à contingência.

5 AS CINCO ARMADILHAS A SEREM EVITADAS

As armadilhas em questão mostram alguns dos desvios na ciência social política que, nas décadas de 1970 e 1980, poderiam ter gerado, e de fato geraram, volumes que hoje são completamente irrelevantes para essas ciências vivas. Talvez interessante para os historiadores da disciplina, guardiões da memória como legítima.

1 a deriva da discursividade filosófica, crítica, ideológica e normativa. Se uma teoria não assume uma forma estratégica, ela é apenas um discurso, não uma teoria, muito menos uma teoria científica.

2 o desvio técnico-operacional dos dados que falam por si mesmos. Qualquer pessoa que tenha assistido a qualquer exame de metodologia de pesquisa política e social sabe que os dados que falam por si só rimam com a leitura de borras de café, embora disfarçados por formas aparentemente supertécnicas.

3 a tendência populista do pensamento crítico, não no sentido kantiano, mas no sentido advocatício. Uma teoria científica que confunde epistemologia e objeto já está dissolvida desde o início.

4 o desvio estético-expressivo-subjetivo, por diferentes razões, segue o caminho do pensamento crítico. Por outro lado, a sociologia que usa a estética como heurística criativa-imaginativa à la Wright Mills certamente tem um escopo diferente.

5 o desvio populista do senso comum: assim como qualquer pessoa com um coração batendo não é necessariamente um cardiologista, e qualquer pessoa com um teto sobre a cabeça não é necessariamente um engenheiro de construção, qualquer pessoa que viva em sociedade também não é necessariamente um sociólogo.

6 PRINCÍPIOS CONCLUSIVOS E COROLÁRIOS

1 a percepção de que toda operação de observação é, ao mesmo tempo, uma construção que descreve, constrói, molda e inventa. A pesquisa, especialmente quando aplicada, pode ser ideologicamente neutra, mas ainda assim é uma definidora de tendências.

2 qualquer pesquisa sem a ilusão de objetividade absoluta tem na consistência, convergência e transparência de seu processo até os resultados sua melhor garantia de qualidade, confiabilidade e reprodutibilidade. É legítimo desconfiar de qualquer atividade de consultoria estratégica e de ensino superior que não seja baseada em pesquisa.

3 grande atenção aos cinco modelos de design legislativo e como eles se encaixam na Pentapartição de Mintzberg.

4 com o mesmo objetivo estratégico, mantenha o W (=Williamson) contratual, econômico e, acima de tudo, organizacional o mais baixo possível.

5 evolução horizontal das plataformas globais, facilitando a lição de TZD e R. Triffin (1997)

“Unity makes Peace”.

6 a construção da observação também constrói e molda a “caixa”, o contexto, no qual o sujeito cujo comportamento observamos se move e sobre cuja influência exercemos ou gostaríamos de exercer.

7 a observação fenomenológica, por outro lado, serve para dar voz, por meio da empatia, ao sujeito observado, permitindo que ele narre as coisas como elas são do seu ponto de vista, de acordo com sua experiência, percepções e emoções.

8 o construtivismo, o comportamentalismo e a fenomenologia são epistemologias e heurísticas, não fés confessionais ou doutrinas ideológicas e, portanto, têm um significado estratégico e instrumental, não ontológico.

BIBLIOGRAFIA

- Acquaviva S. S. (1983). *La strategia del gene*. Roma-Bari: Laterza.
- Alexy R. (2012). *Teoria dei diritti fondamentali*. Bologna: Il Mulino.
- Ammassari P. (1992). *Saggi metodologici*. Milano: FrancoAngeli.
- Ardigò A. (1980). *Crisi di governabilità e mondi vitali*. Bologna: Cappelli.
- Ardigò A. (1988). *Per una sociologia oltre il postmoderno*. Roma-Bari: Laterza.
- Ardigò A. *In* N. Luhmann (1989). *Comunicazione ecologica*. Milano: FrancoAngeli.
- Atlan H. (1986). *Tra il fumo e il cristallo*. Firenze-Torino: Hopefulmonster.
- Attali J. J. (2016). *Breve storia del futuro*. Roma: Fazi.
- Banfield E. (2010). *Le basi morali di una società arretrata*. Bologna: Il Mulino.
- Baraldi C.; Corsi G.; Esposito E. (2002). *Luhmann in glossario*. Milano: FrancoAngeli.
- Beck U.; Giddens A.; Lash S. (1999). *Modernizzazione riflessiva*. Trieste: Asterios Editore.
- Beck U. (2003). *La società cosmopolita*. Bologna: Il Mulino.
- Beck U. (2008). *Costruire la propria vita*. Bologna: Il Mulino.
- Beck U. (2017). *La metamorfosi del mondo*. Roma-Bari: Laterza.
- Berger P. L.; Luckmann T. (1997). *La realtà come costruzione sociale*. Bologna: Il Mulino.
- Bellasi P. (1987). *Il paesaggio mancante*. Bologna: Cappelli.
- Bodin J. J. (1756). *De La Republique*. Paris-London: Veuve Quillau.
- Carta Winter L. A. (Ed, 2020). *MERCOSUL, MERCOSUR e seu cotidiano social, economico e juridico*. Curitiba: Instituto Memoria.
- Chaitin G. (2006). *Teoria algoritmica della complessità*. Torino: Giappichelli.
- Chan Kim W., Mauborgne R. (2015). *Strategia Oceano Blu*. Milano: Rizzoli.

- Chan Kim W., Mauborgne R. (2017). *Oceano Blu. Cambiare oltre la competizione*. Milano: Rizzoli.
- Chevallier J. J. (1968). *Le grandi opere del pensiero politico*. Bologna: Il Mulino.
- Chevallier J. J. (1989). *Storia del pensiero politico. L'Età moderna (Vol. 2)*. Bologna: Il Mulino.
- Cipolla C. (1998). *Il ciclo metodologico della ricerca sociale*. Milano: FrancoAngeli.
- Cipolla C. (2009). *Darwin e Dunant*. Milano: FrancoAngeli.
- Cipolla C. (2018). *Heidegger. Un'interpretazione sociologica*. Milano: FrancoAngeli.
- Collins R. (1992). *Teorie sociologiche*. Bologna: il Mulino.
- Cominelli L. (2016). *Cognizione del diritto*. Milano: FrancoAngeli.
- Costituzione Italiana. Aggiornato alla legge costituzionale 11 febbraio 2022, N.1. Testo disponibile all'indirizzo web <https://www.senato.it/sites/default/files/media-documents/Costituzione.pdf>.
- Dahrendorf R. (1990). *Riflessioni sulla rivoluzione in Europa*. Roma-Bari: Laterza.
- Dahrendorf R. (1991). *Per un nuovo liberalismo*. Roma-Bari: Laterza.
- D'Alessandro L. (1994). *Regola giuridica e regola di verità*. In M. Foucault, *La verità e le forme giuridiche*. Napoli: La città del sole.
- D'Alessandro L., a cura di (2005). *Conoscere per innovare*. Napoli: Loffredo.
- Dahrendorf R. (1990). 1989. *Riflessioni sulla rivoluzione in Europa. Lettera immaginaria a un amico di Varsavia*. Roma-Bari: Laterza.
- Dahrendorf R. (1993). *Per un nuovo liberalismo*. Roma-Bari: Laterza.
- Dawkins R. (2002). In Blackmore S. (2002), *La macchina dei memi*. Milano: Instar Libri.
- Dawkins R. (2004). *Il cappellaio del diavolo*. Milano: Raffaello Cortina.
- Dawkins R. (2009). *The Selfish Gene*. London: Oxford University Press.
- Dawkins R. (2016). *Il racconto dell'antenato*. Milano: Mondadori.
- Dawkins R. (2022). *Il gene egoista. La parte immortale di ogni essere vivente*. Milano: Mondadori.
- Deaton A. (2015). *La grande fuga*. Bologna: il Mulino.
- De Kerkchove D., a cura di (1993). *Brainframes*. Bologna: Baskerville.
- Delattre P. (1984). *Teoria dei sistemi ed epistemologia*. Torino: Einaudi.
- De Nardis P. (1988). *L'equivoco sistema*. Milano: FrancoAngeli.
- De Nardis P. (1999). *Sociologia del limite*. Roma: Meltemi.
- Dennett D. C. (2004a). *L'evoluzione della libertà*. Milano: Raffaello Cortina.
- Dennett D. C. (2004b). *L'idea pericolosa di Darwin*. Torino: Bollati Boringhieri.

- Dennet D. C. (2017). *Strumenti per pensare*. Milano: Raffaello Cortina.
- Dershowitz A. (2001). *Rights from Wrongs*. Torino: Codice.
- De Sousa Santos B. (2017). *A difícil democracia*. Sao Paulo: Boitempo Editorial.
- De Swaan A. (2015). *Reparto assassini*. Torino: Einaudi.
- Downing D. (2009). *Dictionary of Mathematics Terms*. New York: Barron's.
- Durkheim E. (2008). *Le Regole del metodo sociologico*. Torino: Einaudi.
- Eco U. (1964). *Apocalittici e integrati: comunicazioni di massa e teorie della cultura di massa*. Milano: Bompiani.
- Eibl Eibelsfeldt I. (1992). *L'uomo a rischio*. Torino: Bollati & Boringhieri.
- Eibl Eibelsfeldt I. (1996). *I fondamenti dell'etologia umana*. Milano: Adelphi.
- Eibl Eibelsfeldt I. (2007). *Amore e odio*. Milano: Adelphi.
- Falzea A. (2008). *Introduzione alle scienze giuridiche*. Milano: Giuffrè.
- Fernandes Manzano J. A. (2013). *Regole comunicazione del capitalismo accademico*. Napoli: Loffredo.
- Fernandez Manzano J. A. (2014). *Un estado global par un mundo plural*. Madrid: Siglo Veinteuno.
- Ferone E. (2013). *Regole e comunicazione del capitalismo accademico*. Napoli: Loffredo.
- Friedmann D. D. (2004). *L'ordine del diritto*. Bologna: Il Mulino.
- Friedman L. (2002). *La società orizzontale*. Bologna: Il Mulino.
- Galgano F. (2005). *La globalizzazione nello specchio del diritto*. Bologna: Il Mulino.
- Garfield S. (2013). *On the map*. New York: Profile Books.
- Giovanni Paolo II (1994). *Varcare la soglia della speranza*. Milano: Mondadori.
- Giovanni Paolo II (2005). *Memoria ed identità*. Milano: Rizzoli.
- Giovanni Paolo II (2010). *Tutte le encicliche*. Milano: Bompiani.
- Golding M. P.; Edmunson W. A. (2005). *The Blackwell guide to the Philosophy of law and Legal Theory*. Oxford: Blackwell.
- Gorbaciov M. S. (1987). *Perestrojka*. Milano: Mondadori.
- Gorbaciov M. S. (1989). *La casa comune europea*. Milano: Mondadori.
- Gorbaciov M. S. (2020). *What is at stake now*. Cambridge: Polity.
- Gumplowicz L. (1983). *La Lutte des races, recherches sociologiques*. Paris: Guillaumin &CO.
- Gumplowicz L. (1985). *Aperçus Sociologiques*. Paris: Maloine.

- Goudsblom J. (1994). *Fire and civilization*. London: Penguin.
- Hardy G. H. (2002). *Apologia di un matematico*. Milano: Garzanti.
- Hobbes T. (1985). *Leviathan*. London: Penguin.
- Hughes R. (2003). *La cultura del piagnisteo*. Milano: Adelphi.
- Jimenez Ruiz J. (2014). *El orden juridico multinivel entre los paradigmas de libertad y seguridad*. Madrid: Cuadernos del el Congreso de los Diputados.
- Kant I. (2013). *Per la pace perpetua*. Milano: Feltrinelli.
- Kaplan R. D. (2013). *The revenge of geography*. New York: Random House.
- Kaplan R. D. (2022). *Adriatico un incontro di civiltà*. Venezia: Marsilio.
- Kelsen H. (1981). *La giustizia costituzionale*. Milano: Giuffrè.
- Kelsen H. (2000). *Lineamenti di dottrina pura del diritto*. Torino: Einaudi.
- Kissinger H. (2015). *L'ordine mondiale*. Milano: Mondadori.
- Krugman P. (2009). *Il ritorno dell'economia della depressione*. Milano: Garzanti.
- Kundera M. (2022). *L'occidente prigioniero*. Milano: Adelphi.
- Kuznets S. (1973). *Tecnologia, popolazione, sviluppo*. Bologna: il Mulino.
- Kuznets S. (1990). *Popolazione, tecnologia, sviluppo*. Bologna: Il Mulino.
- Lakoff G.; Nunez R. E. (2005). *Da dove viene la matematica*. Torino: Bollati Boringhieri.
- László E. (1998). *Terzo Millennio: la sfida e la visione*. Milano: Corbaccio.
- László E. (2008a). *Il pericolo e l'opportunità*. Roma: Aracne.
- László E. (2008b). *Worldshift*. Milano: FrancoAngeli.
- Leydesdorff L. (2006). *Knowledge Based Economy*. New York: Universal Publishers.
- Llovet J. (2012). *Adios a la universidad el eclipse de las Humanidades*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Locke J. (1998). *Secondo trattato sul governo*. Milano: Rizzoli.
- Lowi T. J. (1999). *La scienza delle politiche*. Bologna: Il Mulino.
- Lowi T. J. (2009). *Arenas of Power*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Luhmann N. (1983a). *Come è possibile l'ordine sociale?* Roma-Bari: Laterza.
- Luhmann N. (1983b). *Illuminismo sociologico*. Milano: Il Saggiatore.
- Luhmann N. (1988a). *Warum Agil?* In *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 40, 1: 127.

- Luhmann N. (1988b). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- Luhmann, N. (1989). *Ecological Communication*. Chicago: University of Chicago Press.
- Luhmann N. (1990a). *Sistemi sociali. Fondamenti di una teoria generale*. Bologna: il Mulino.
- Luhmann N. (1990b). *La differenziazione del diritto. Contributi alla sociologia e alla teoria del diritto*. Bologna: Il Mulino.
- Luhmann N. (1990c). *Essays on Self Reference*. New York: Columbia University Press.
- Luhmann N. (1993). *Come stanno le cose? Cosa ci sta dietro? Le due sociologie e la teoria della società*. In «Teoria sociologica», nr. 2/93, Milano: FrancoAngeli.
- Luhmann N. (1995). *Organisation und Entscheidung*. Opladen: WDV.
- Luhmann N. (1997a). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt-Main: Suhrkamp Verlag.
- Luhmann N. (1997b). *Globalization of World Society: How to conceive of Modern Society?* In *International Review of Sociology*. 7,1: 67.
- Luhmann N. (1999a). *Essays on Self-Reference*. New York: Columbia University Press.
- Luhmann N., Schorr K.E. (1999b). *Il sistema educativo. Problemi di riflessività*. Roma: Armando.
- Luhmann N. (2000). *La realtà dei mass media*. Milano: FrancoAngeli.
- Luhmann N. (2002). *Theories of Distinction*. Stanford: Stanford University Press.
- Luhmann N. (2006a). *Il paradigma perduto*. Roma: Meltemi.
- Luhmann N. (2006b). *Osservazioni sul moderno*. Roma: Armando.
- Luhmann N. (2007). *La sociedad de la sociedad*. México: Herder.
- Luhmann N. (2008, IV ed.). *Rechtssoziologie* Vs Verlag Fur Sozialwissenschaften. Wiesbaden.
- Luhmann R. (1990). *Essays on Self Reference*. New York: Columbia University Press.
- Luhmann R., De Giorgi R. (1992). *Teoria della società*. Milano: FrancoAngeli.
- MacLean P. D. (1984). *Evoluzione del cervello e comportamento umano*. Torino: Einaudi.
- Maggioni G. (2008). *Percorsi di sociologia del diritto*. Napoli: Liguori.
- Mammarella G. (1990). *Da Yalta alla Perestrojka*. Roma-Bari: Laterza.
- Marradi A. (2007). *Concetti e metodo per la ricerca sociale*. Firenze: La giuntina.
- Marradi A. (2007). *Metodologia delle scienze sociali*. Bologna: Il Mulino.
- McInerny D. Q. (2004). *Being Logical*. New York: Random House.
- McLuhan M. (1983). *Gli strumenti del comunicare*. Milano: Il Saggiatore.
- McLuhan M. (1989). *The Global Village: Transformations in World Life and Media in the 21st Century*.

Oxford: OUP Oxford.

McLuhan M. (1967). *Gli strumenti del comunicare*. Milano: Il Saggiatore

Medwed D. S. (Ed.) (2017). *Wrongful convictions and the DNA Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

Merton R. K. (2000). *Teoria e struttura sociale*. Bologna: Il Mulino.

Mintzberg H. (1996). *La progettazione dell'organizzazione aziendale*. Bologna: Il Mulino.

Montesquieu (2013). *Lo spirito delle leggi*. Milano: Rizzoli.

Münch R. (2008a). *Akademische Kapitalismus*. Frankfurt: Suhrkamp.

Münch R. (2008b). *Globale Eliten und Lokale Autoritaeten*. Frankfurt: Suhrkamp.

Normann R. (2002). *Ridisegnare l'impresa*. Milano: Etas.

Nowotny H. (2007). *Curiosità insaziabile*. Torino: Codice editore.

Ohmae K. (1996). *La fine dello stato-nazione*. Milano: Baldini& Castoldi.

Oliveira Veira G. (2020). *O Mercosul Social – Integracao e paradiplomacia*. In Carta Winter L.A., *Mercosul – Mercosur e seu cotidiano social, economico e juridico*. Curitiba: Instituto Memoria.

Ortega y Gasset J. (2000). *L'uomo e la gente*. Roma: Armando.

Parsons T. (1965). *Il sistema sociale*. Milano: Edizioni di Comunità Pitasi A., Ferone E. (2008). *Il tempo zero del desiderio*. Milano: McGraw-Hill.

Pascuzzi G. (2013). *La creatività del giurista*. Bologna: Zanichelli.

Pascuzzi G. (2017). *Il problem solving nelle professioni giuridiche*. Bologna: Il Mulino.

Piaget J. (2000). *L'epistemologia genetica*. Roma-Bari: Laterza.

Piazzi G. (1989). *Teoria dell'azione e complessità*. Milano: FrancoAngeli.

Pinker S. (2017a). *Come funziona la mente*. Roma: Castelvecchi.

Pinker S. (2017b). *Il declino della violenza*. Milano: Mondadori.

Pinker S. (2018). *Illuminismo adesso*. Milano: Mondadori.

Pitasi A. (2003). *Universi Paralleli. Saperi della pubblica amministrazione, cambiamento sociale e stili di vita dei cittadini*. Milano: FrancoAngeli.

Pitasi A. (2007a). *Sfide del nostro tempo*. Roma: Aracne.

Pitasi A. (2007b). *Un seimiliardesimo di umanità*. Milano: Guerini.

Pitasi A.; Ferone E. (2008a). *Il Tempo Zero del Desiderio. Una strategia evolutiva per l'economia e la società della conoscenza*. Milano: Mc Graw Hill.

- Pitasi A., a cura (2010a). *Regole e Finzioni*. Milano: FrancoAngeli.
- Pitasi A. (2010b). *Teoria sistemica e complessità morfogenetica del capitalismo*. Roma: Aracne.
- Pitasi A. (2012a). *Hypercitizenship and the Management of Genetic Diversity*. *World Futures Journal*. 68,4-5: 314.
- Pitasi A. (2012b). *Ipercittadinanza*. Milano: Franco Angeli.
- Pitasi A. (2013). *Hypercitizenship and the Evolution of a Global Identity*. *Journal of Sociological Research*. 4, 2: 314. DOI: 10.1080/02604027.2012.679571.
- Pitasi A. (2014a). *The metaconvergence spiral rethinking sociological working styles systemically*. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*. 4, 9: 160. DOI: 10.6007/IJARBSS/v4-i9/1145.
- Pitasi A. (2014b). *The Sociological Semantics of Complex Systems* in *Journal of Sociological Research*. 5, 1: 203. DOI: 10.5296/jsr.v5i1.5953.
- Pitasi A. (2015). *A Systemic Approach to Hypercitizenship*. In Bonazzi M., Di Simone V. (eds), *Redesigning Worldwide Connections*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- A. Pitasi; Bonazzi M.; Ferone E. (2017a). *Systemic Research Design and Key Global Changes*. In Fabó E., Ferone E., Ming Chen J, *Systemic Actions in Complex Scenarios*. Cambridge: Scholars Publishing.
- Pitasi A.; Stuppia L.; Ferone E.; Manzoli L.; Ruzzeddu M. (2017b). *The Infector Stigma: Centralizing Health Policies in an Age of Global Migration Flows*. In Qudrat-Ullah H., Tsisis P. (Eds), *Innovative Healthcare Systems for the 21st Century*. Berlin: Springer. DOI:10.1007/978-3-319-55774-8_5.
- Pitasi A.; Ferone E. (2017c). *1978-1989 Le radici socio-politiche dell'ipercittadinanza*. In Petroccia S., a cura di, *Between Global and Local*. Bologna: Esculapio.
- Pitasi A.; E. Ferone (2017d). *Il legislatore come stratega globale*. In Petroccia S., a cura di, *Between Global and Local Cultural Changes Vol 2*. Bologna: Esculapio
- Pitasi A. (2017e). *Systemic evolution*. In Petroccia S., a cura di, *Between Global and Local Citizenship and Social Change Vol 1*. Bologna: Esculapio.
- Pitasi A (2017f). *Hypercitizenship beyond methodological nationalism*. In Petroccia S., a cura di, *Between Global and Local Citizenship and Social Change*. Bologna: Esculapio.
- Pitasi A. (2017g). *Methodologically Designing for hypercitizenship*. In Petroccia S. (a cura) *Between Global and Local Citizenship and Social Change*. Bologna: Esculapio.
- Pitasi A. (2021a). *The Hypercitizen World Game*. Paris-Torino. L'Harmattan.
- Pitasi A. (2021b). *Evoluzione e conoscenza*. Roma: TAB.
- Pitasi A. (2021c). *Everything is Amsterdam*. Bologna: Fabbri.
- Pitasi A. (2023a). *La matematica della società*. Roma: Tab.

- Pitasi A. (2023b). The Ggnetssoziologie manifesto. *Central European Political Science Review*. 91, 24: 27.
- Pitasi A. (2023c). *Complejo es facil*. Buenos Aires: OAD.
- Pitasi A. (2023d). *Lo sguardo smeraldo di Amsterdam*. Buenos Aires: OAD.
- Popper K. R. (1970). *Logica della scoperta scientifica*. Torino: Einaudi.
- Popper K. R. (1972). *Congetture e confutazioni 2 voll.* Bologna: Il Mulino.
- Popper K. R. (1973-74). *La società aperta e i suoi nemici*. Roma: Armando.
- Rehbinder M. (1982). *Sociologia del diritto*. Padova: Cedam.
- Ritzer G. (1993). *The Mcdonaldization of Society*. London: Sage.
- Ritzer G., Ryan M.J. (2011). *A Concise Encyclopedia of Sociology*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Rousseau J. J. (1966). *Il contratto sociale*. Torino: Einaudi.
- Sabine G. H. (1979). *Storia delle dottrine politiche*. Milano: ETAS.
- Schauer F. (2017). *La forza del diritto*. Milano: Mimesis.
- Schmitt C. (1981). *Il custode della costituzione*. Milano: Giuffrè.
- Schmitt C. (2015). *Stato, grande spazio, nomos*. Milano: Adelphi.
- Schmitt C. (2007). *Posizioni e concetti*. Milano: Giuffrè.
- Schumpeter J. A. (1970). *Capitalismo, socialismo, democrazia*. Milano: ETAS.
- Schur E. (1970). *Sociologia del diritto*. Bologna: Il Mulino.
- Schurmann R. (1995). *Dai principi all'anarchia*. Bologna: Il Mulino.
- Seabright P. (2005). *In compagnia degli estranei*. Torino: Codice.
- Slaughter S.; Leslie L. (1997). *Academic Capitalism*. Baltimore-London: The John Hopkins University Press.
- Slaughter S.; Rhoades G. (2004). *Academic Capitalism and the New Economy*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Sloterdijk P. (2014). *Sfere I*. Milano: Raffaello Cortina.
- Sloterdijk P. (2014). *Sfere II*. Milano: Raffaello Cortina.
- Sloterdijk P. (2015). *Sfere III*. Milano: Raffaello Cortina.
- Smil V. (2022). *How the World Really Works: A Scientist's Guide to Our Past, Present and Future*. New York: Viking.
- Sokal A.; Bricmont J. (1997). *Imposture intellettuali*. Milano: Garzanti.

Sustainable Development Goals. 17 Goals to Transform Our World. Texto disponibile all'indirizzo web: <https://www.un.org/sustainabledevelopment>.

Spencer-Brown G. Laws of Form. Leipzig: Bohmeier Verlag.

Stengers L. (2005). Cosmopolitiche. Roma: L. Sossella Editore.

Stewart T. A. (1999). Il Capitale intellettuale. Milano: Ponte alle Grazie.

Stewart T. A. (2002). La Ricchezza del Sapere. L'organizzazione del capitale intellettuale nel XXI secolo. Milano: Ponte alle Grazie.

Toffler A., Toffler H. (2010). La rivoluzione del benessere. Roma: Casini Editore.

Toscano M. A. (1993). Liturgie del moderno. Positivisti a Rio de Janeiro. Lucca: Pacini Fazi.

Touraine A. (1978). Per la sociologia. Torino: Einaudi.

Touraine A. (1993). Critica della Modernità. Milano: Il Saggiatore.

Triffin R. (1997). Dollaro, euro e moneta mondiale. Bologna: Il Mulino.

Turri M. (2011). L'università in transizione. Milano: Guerini e Associati.

von Foerster H. (1987). Sistemi che osservano. Roma: Astrolabio.

von Hayek F. (2001). La denazionalizzazione della moneta. Milano: ETAS.

Weber M. (2008). La scienza come professione. Milano: Bompiani.

Whyte W. H. (1956). The Organization man. New York: Simon and Schuster.

Wright Mills C. (1966). Colletti Bianchi. Torino: Einaudi.

Wright Mills C. (2018). L'immaginazione sociologica. Milano: il Saggiatore.